

em 14 de Setembro de 1975, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 8777/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mamadou Oury Bah, natural de Timbi-Touni, República da Guiné Conacri, de nacionalidade guineense, nascido em 31 de Dezembro de 1960, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 8778/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Lívio Juviano Luís Barradas, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 9 de Maio de 1967, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 8779/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mama Sire Darame, natural de Gabu, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 12 de Abril de Janeiro de 1962, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 8780/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Março de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Fernando Pijaque, natural de Cacheu, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 19 de Agosto de 1967, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 8781/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 10 de Abril de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Bernardete Abel Soares, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 29 de Junho de 1971, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 8782/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 29 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Paulo Miguel Marques Soares, natural

de Caracas, República Bolivariana da Venezuela, de nacionalidade venezuelana, nascido em 5 de Fevereiro de 1973, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 8783/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 29 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Bernardo Junjo Nunes, natural de Luena, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 2 de Janeiro de 1965, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 8784/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Abril de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Nilton César Salomé da Graça, natural de Nossa Senhora da Luz, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 10 de Fevereiro de 1976, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 8785/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Felisberto Anes dos Reis, natural de São Miguel, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 22 de Janeiro de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 8786/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 25 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Iaia Djaló, natural de Gabú, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 10 de Janeiro de 1972, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 8787/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 25 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Justina Gomes Fernandes, natural de Bolama, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 4 de Março de 1938, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 8788/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Ana Emanuela Plácido Gonçalves, natu-

ral de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 1 de Novembro de 1975, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 8789/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Abril de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Suleimane Embaló, natural de Gabú, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 12 de Julho de 1967, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 8790/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Helena Alice André Vidro, natural de Lubango, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 13 de Abril de 1985, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil

Aviso n.º 8791/2006

Concurso para provimento do cargo de chefe de divisão de Planeamento de Emergência

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data de publicação na bolsa de emprego público (www.bep.gov.pt), 19 de Agosto de 2006, concurso para provimento do cargo de chefe de divisão de Planeamento de Emergência, previsto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março.

7 de Agosto de 2006. — O Presidente, *Amaldo Cruz*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

Despacho n.º 17 022/2006

1 — Nos termos do artigo 21.º, n.ºs 8, 9 e 10, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Maria Isabel Pimenta Couto Ferreira Mestre, assessora do Tesouro Principal, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tesouro, no cargo de directora de serviços de Assuntos Bilaterais I, do IPAD, na sequência da conclusão do procedimento concursal publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 80, de 24 de Abril de 2006.

O perfil de competências da Dr.ª Maria Isabel Pimenta Couto Ferreira Mestre revela-se adequado ao desempenho do cargo a prover, porquanto demonstrou, claramente, possuir as capacidades e aptidões técnicas exigidas para alcançar os objectivos da referida Direcção de Serviços em virtude de ser detentora de uma vasta e comprovada experiência profissional no exercício de funções no âmbito do acompanhamento da execução técnica e financeira de programas, projectos e acções de cooperação portuguesa no quadro das relações bilaterais, comunitárias e multilaterais.

Saliente-se, ainda, a expressiva experiência da nomeada no exercício de funções dirigentes, nomeadamente no lugar a prover.

2 — Anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional da nomeada.

8 de Agosto de 2006. — Pela Presidente, (*Assinatura ilegível*.)

ANEXO

Nota relativa ao currículo académico e profissional da licenciada Maria Isabel Pimenta Couto Ferreira Mestre

Currículo académico — licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

Currículo profissional:

De 1976 a 1978, exerceu funções como secretária pessoal da Secretária de Estado do Planeamento;

De 1978 a 1986, ingressou no Gabinete para a Cooperação Económica Externa, do Ministério das Finanças, exercendo, entre outras, as funções de técnica superior nas áreas de análise e acompanhamento dos programas de cooperação técnica e financeira com o Banco Mundial, PNUD e OCDE;

Em Junho de 1986, integrou o quadro da Direcção-Geral do Tesouro, exercendo funções de técnica superior da Divisão de Financiamentos Externos não Comunitários, no âmbito da negociação de financiamentos externos, bem como a preparação, negociação e acompanhamento dos projectos constantes dos programas de cooperação com o Banco Mundial e com o Fonds de Rétablissement du Conseil de l'Europe;

De 1988 a 1994, exerceu o cargo de chefe de divisão da Dívida Externa não Comunitária, da Direcção-Geral do Tesouro, na área da dívida pública externa e da cooperação com organismos multilaterais não comunitários;

De 1994 a Fevereiro de 2000, foi requisitada pelo Fundo para a Cooperação Económica, do Ministério das Finanças e dos Negócios Externos, como assessora principal, tendo desempenhado funções, designadamente, de análise e acompanhamento de projectos de cooperação nos PALOP;

De Fevereiro de 2000 a Março de 2003, foi requisitada pela Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento como directora do Departamento de Acompanhamento, tendo por funções acompanhar e avaliar a implementação de projectos de cooperação, desde a sua aprovação até à sua conclusão;

De Maio de 2003 até Outubro de 2004, exerceu o cargo de chefe de divisão do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, da Divisão de Acompanhamento, da Direcção de Serviços de Cooperação Bilateral I, na área do acompanhamento dos projectos de cooperação com os PALOP e Timor, desde a sua contratação até à sua conclusão;

De Outubro de 2004 a Março de 2005, foi nomeada, em regime de substituição, directora de serviços de Assuntos Bilaterais I com funções de análise de projectos de cooperação externa;

De Março a Outubro de 2005, regressou à Direcção-Geral do Tesouro, desempenhando funções no Gabinete do Director-Geral como assessora principal, tendo posteriormente sido destacada para a Direcção-Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais (DGAERI), do Ministério das Finanças, Divisão de Relações Bilaterais;

De Outubro de 2005 até à presente data, exerce o cargo de directora de serviços de Cooperação Bilateral I, do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, com funções de análise de projectos de cooperação.

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho n.º 17 023/2006

Considerando que, por despacho conjunto dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Equipamento do Plano e da Administração do Território de 1 de Abril de 1997, foi concedida a Silvério Agostinho Alves Espínola, inspector superior principal do quadro da extinta Direcção-Geral da Aviação Civil, em regime de requisição no Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC), nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 73.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, uma licença sem vencimento para o exercício de funções em organismo internacional, mais concretamente na ICAO (Organização Internacional da Aviação Civil);

Considerando que a referida licença foi objecto de sucessivas renovações, tendo a última sido concedida até 28 de Agosto de 2006;

Considerando que a ICAO solicitou a prorrogação da licença sem vencimento até 30 de Junho de 2009 e que o INAC manifestou a sua concordância com a possibilidade de renovação da licença em apreço, por a mesma não trazer qualquer inconveniência para o serviço;

Considerando, por último, que, nos termos do n.º 1 do artigo 92.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, o despacho de concessão da licença sem vencimento para o exercício de funções em organismo